

MPF **Ã©** contra demarcaÃ§Ã£o de terras indÃ©genas pelo Congresso Nacional

O MinistÃ©rio PÃºblico Federal divulgou, na sexta-feira (6/9), [nota tÃ©cnica](#) em que se posiciona contra a Proposta de Emenda à ConstituiÃ§Ã£o 215/2000. A PEC dá ao Congresso competÃªncia a aprovaÃ§Ã£o da demarcaÃ§Ã£o de terras indÃ©genas e a ratificaÃ§Ã£o das Ã¡reas jÃ¡ existentes. O documento foi produzida pela 6ª CÃ¢mara de CoordenaÃ§Ã£o de RevisÃ£o, destinada aos indÃ©genas e comunidades tradicionais, e Ã© assinada pelo procurador regional da RepÃºblica Daniel Sarmento.

O MPF afirma que a PEC afronta clÃ¡usulas pÃ©treas da ConstituiÃ§Ã£o, pois viola o nÃºcleo de direitos como o dos indÃ­dios às terras tradicionalmente ocupadas, previsto no artigo 231, e o direito à cultura, estabelecido pelos artigos 215, 216 e 231. TambÃ©m há, segundo a nota, violaÃ§Ã£o ao devido processo legal administrativo (previsto no artigo 5º, inciso LIV) e direito adquirido concedido diretamente pelo poder constituinte (previsto no artigo 5º, inciso XXXVI).

O tema Ã© alvo de polÃªmica na CÃ¢mara dos Deputados, opondo ruralistas e defensores dos direitos de indÃ©genas. Nesta segunda-feira (9/9), a Frente Parlamentar de AgropecuÃ¡ria se encontrará com o ministro Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

Barroso Ã© o relator de um Mandado de SeguranÃ§a contra a PEC 215 impetrado pelas frentes parlamentares de Apoio aos Povos IndÃ©genas e de Defesa dos Direitos Humanos. Assinado por 22 parlamentares, o MS tenta impedir a tramitaÃ§Ã£o da proposta que, segundo os polÃ­ticos, fere clÃ¡usulas da ConstituiÃ§Ã£o que nÃ£o podem ser alteradas, abolindo garantias e direitos individuais dos indÃ©genas.

Na quarta-feira (4/9), o grupo de trabalho criado na CÃ¢mara para buscar acordo sobre a demarcaÃ§Ã£o das terras indÃ©genas aprovou relatÃ³rio que pede a rejeiÃ§Ã£o da PEC 215. A bancada ruralista nÃ£o participou da votaÃ§Ã£o do relatÃ³rio, que inclui apenas o posicionamento de ambientalistas e dos indÃ©genas. De acordo com o presidente da CÃ¢mara, Henrique Eduardo Alves, a falta de consenso pode levar à criaÃ§Ã£o de uma comissÃ£o especial para analisar a PEC. Com informaÃ§Ãµes da Assessoria de Imprensa do MinistÃ©rio PÃºblico Federal e da AgÃªncia CÃ¢mara.

Clique [aqui](#) para ler a nota tÃ©cnica do MinistÃ©rio PÃºblico Federal.

Autores: RedaÃ§Ã£o ConJur